

Antes e sempre

Ana Cristina Macário Lopes
CELGA/Faculdade de Letras de Coimbra

O meu encontro com a Henriqueta Costa Campos foi, de facto, um encontro, no que o conceito implica de partilha de saberes, de interrogações, de formas de estar no quotidiano, de emoções e, sobretudo, de afectos. A minha intervenção nesta mesa redonda é a minha forma simbólica de homenagem a uma amiga, pelo seu exemplo de vida.

1. Considerações preliminares

“A abordagem de uma categoria gramatical como a modalidade raramente dá origem a grandes consensos. A grande heterogeneidade dos dados que são construídos como observáveis dificulta uma visão unificadora da categoria. No entanto, algum consenso se tem conseguido no que respeita a uma definição intensional, permitindo hipóteses adequadas à diversidade da definição extensional, esta, sim, mais geradora de polémica.

Pode então definir-se a ‘modalidade linguística’ (...) como a categoria gramatical que representa as diferentes atitudes do locutor em relação a um conteúdo proposicional e ao seu interlocutor” (Campos, 2004: 265).

Acabei de citar o fragmento inicial do último texto de Henriqueta Costa Campos, intitulado “A modalidade apreciativa: uma questão teórica”, e adopto-o como ponto de partida da minha própria comunicação, sublinhando, desde já, que uma tal definição intensional envolve uma interface estreita entre semântica e pragmática, apontando para um quadro de investigação em que língua e discurso se entrosam de forma harmoniosa e produtiva.

Tal como Campos, (e na esteira de muitos outros linguistas, de entre os quais destaco Bally 1944, Perkins 1983 e Palmer 1986), assumo também que a tipologia de valores modais que parece adequar-se de modo mais cabal à definição proposta é uma tipologia tripartida, fundamentada numa especificação mais fina e rigorosa da noção de atitude do locutor.¹ Assim, a modalidade epistémica (que pode ser entendida como relativização da necessidade e possibilidade lógicas ao âmbito dos conhecimentos ou

¹ Deixo de lado as modalidades alética e dinâmica, que em rigor não se adequam à definição proposta, dado que não correspondem à expressão da atitude do locutor. Deixo ainda de lado uma panorâmica histórica sobre a génese do conceito de modalidade, sublinhando apenas que a reflexão linguística sobre esta categoria tem as suas raízes na lógica modal, um ramo da filosofia da linguagem, sendo nela centrais as noções de necessidade e possibilidade. Veja-se Hughes & Cresswell (1968).

crenças do falante) subsume os valores de certeza, probabilidade e possibilidade, representáveis em termos escalares, e traduz a atitude do locutor relativamente à verdade do conteúdo proposicional do seu enunciado.

Os valores epistémicos marcam, então, o grau de compromisso do falante relativamente à verdade/veracidade do que diz, em função das suposições contextuais que configuram o seu universo cognitivo. O falante pode exprimir uma atitude de total compromisso em relação à verdade do conteúdo proposicional da frase que enuncia. Nesse caso, expressa um valor epistémico de certeza, recorrendo prototipicamente à asserção categórica, suportada pela frase declarativa simples (afirmativa ou negativa), sem qualquer lexicalização de operadores modais. Ao explicitar discursivamente um operador modal, o locutor sinaliza que não detém evidência epistémica que lhe permita validar/assumir em absoluto a predicação; deste modo, expressa uma inferência ou uma mera hipótese, ancorada em conhecimento limitado ou indirecto. A modalidade epistémica está estreitamente articulada com os actos ilocutórios assertivos, cujo objectivo ilocutório é justamente relacionar o locutor com a verdade da proposição expressa.

A modalidade deontica (entendida como relativização da necessidade ou possibilidade lógicas a um sistema de leis, normas sociais ou morais) permite ao falante a expressão de valores de obrigação (positiva ou negativa) e de permissão. Assim, o falante pode agir sobre o interlocutor, asserindo como obrigatória ou permitida uma determinada forma de conduta, representada ao nível do conteúdo proposicional do enunciado. A inscrição de um valor deontico no discurso corresponde sempre ao exercício de uma autoridade intimativa, pessoal ou institucional.

A modalidade deontica, ao representar a ocorrência de uma situação como obrigatória, interdita ou permitida, está fortemente relacionada com o domínio das acções (actos ilocutórios directivos, directos ou indirectos) e envolve uma relação assimétrica entre o falante e o alvo do juízo deontico: o falante que enuncia um juízo deontico manifesta um estatuto de controlo sobre o seu alvo. Tipicamente, o alvo é o interlocutor, mas também é possível que o alvo deontico último seja uma terceira pessoa, um participante da situação representada.

A modalidade apreciativa prende-se com a expressão da atitude de avaliação subjectiva do falante relativamente à situação de que fala. Assim, o falante pode avaliar a situação como \pm desejável ou indesejável, emitindo sobre ela um juízo subjectivo, positivo ou negativo. Naturalmente que uma caracterização deste tipo evidencia a forte afinidade entre modalidade apreciativa e actos ilocutórios expressivos.

Esta breve apresentação de uma possível proposta de subcategorização da categoria Modalidade permite-nos agora caracterizar os operadores modais como operadores que têm no seu escopo uma proposição e que relevam do nível interpessoal da significação linguística (recorro aqui à terminologia de Halliday), inscrevendo no discurso o falante e delimitando o domínio de interpretação que deve presidir ao processamento do enunciado. Por outro lado, as três subcategorias de modalidade mencionadas são todas elas de natureza escalar, o que permite caracterizar os operadores modais como quantificadores numa escala.

Há, sem dúvida, uma larga variação no plano das estruturas que funcionam extensionalmente como suportes linguísticos da categoria Modalidade, mas não é menos verdade que a investigação linguística tem privilegiado a análise dos chamados verbos modais (paradigmaticamente representados pelos verbos *poder* e *dever*), dos adjuntos adverbiais modais (*certamente, provavelmente, possivelmente*), dos modos verbais, dos tipos de frases e de alguns verbos de sentido modal (*saber, crer, desejar...*).²

Gostaria de trazer aqui, hoje, um pequeno contributo para a análise de outras estruturas que também funcionam como activadores de valores modais em PE contemporâneo e que a minha investigação nos últimos anos tem vindo a explorar. Refiro-me, concretamente, a expressões linguísticas de natureza adverbial que, em sincronia, manifestam um comportamento discursivo plurifuncional. Com efeito, alguns dos tradicionalmente e por defeito chamados adverbiais de tempo, de modo, de ponto de vista (*sempre, antes, bem, de facto*), podem, nalguns dos seus usos sincrónicos e em certos contextos, ser analisados como marcadores discursivos com valor modal, ou, talvez melhor, como marcadores cuja caracterização semântica exige a convocação de significação de natureza modal. Trata-se claramente de casos de variação de uso num mesmo estágio de língua, passíveis de serem perspectivados em termos de polissemia, como resultado de um processo de extensão de um significado básico, mecanismo extremamente produtivo no que toca à construção do léxico das línguas naturais e cuja descrição tem originado hipóteses explicativas muito estimulantes, no âmbito da Semântica Cognitiva e da Pragmática Histórica.

Abordarei sucintamente dois itens, *sempre* e *antes*.

2. Sempre

Retomando um trabalho meu de 1998 sobre *sempre* – que entretanto entrou em diálogo frutuoso com o estudo subsequente de Matos 2004 – destacarei dois valores relevantes deste item no PE contemporâneo: um valor temporal básico de expressão de frequência, ilustrado em (1), um valor de natureza modal, ilustrado em (2). Farei ainda uma breve referência ao valor de *sempre* em enunciados exclamativos como o que se ilustra em (3).

- (1) O João come/comeu sempre de pé.
- (2) A Patrícia sempre ganhou o prémio.
- (3) Sempre me saíste um aldrabão!

Como adverbial de frequência, *sempre* viabiliza a representação de uma situação verdadeira para um intervalo de tempo, ou seja, a situação envolve uma recorrência homogeneamente repartida por todo o intervalo de referência, intervalo esse cujas fronteiras podem ou não estar discursivamente especificadas. Trata-se, pois, de um quantificador temporal, que admite uma caracterização verocondicional clássica:

² Cf. entre outros, Bally 1944, Jespersen 1965, Benveniste 1966, Lopes 1971, Pottier 1974, Perkins 1983, Palmer 1986, Bosque (org.) 1990, Oliveira 1988, Bybee & Fleischman 1995, Campos 1998, Papafradou 2000).

sempre p é verdadeira sse a predicação expressa se verificar em todos os intervalos de tempo relevantes no interior de um intervalo de referência. Não vou deter-me sobre a caracterização semântica deste advérbio temporal, que é complexa nomeadamente no que diz respeito à delimitação do domínio sobre o qual opera o quantificador³. Direi apenas que uma pesquisa recente no *corpus* CETEM Público me forneceu evidência empírica para poder afirmar que a interpretação temporal admite quer a posição pós-verbal, posição não marcada dos adjuntos adverbiais em PE,⁴ – quer a posição pré-verbal, seja qual for a classe aspectual da predicação.⁵

É o valor modal de *sempre* que me vai ocupar nesta comunicação, valor esse que ocorre exclusivamente quando *sempre* ocupa uma posição pré-verbal.⁶

Na interpretação de (2) que me interessa explorar aqui, *sempre* activa uma assunção contextual segundo a qual não era certo para o falante que o conteúdo proposicional viesse a verificar-se. Por outras palavras, o locutor sinaliza, através de *sempre*, uma atitude de dúvida prévia, finalmente anulada pela verificação da ocorrência da situação descrita. Assim, *sempre* formata o contexto que deve presidir à interpretação: a relevância do enunciado resulta da interacção entre a informação factual asserida (*p*) e uma assunção de *background* do tipo 'É provável que $\sim p$ '.

Sempre marca, portanto, a remoção, no universo cognitivo do falante, de uma proposição com um valor epistémico de probabilidade e a sua substituição por uma proposição com um valor modal de certeza. Neste sentido, *sempre* opera uma actualização do contexto, entendido como universo cognitivo do falante. A instrução genérica que associei a *sempre* parece recobrir duas possibilidades distintas: (i) sinalização de uma expectativa ou suposição contextual positiva (é provável que *p*), confirmada pelos factos, ou (ii) sinalização de uma expectativa negativa (é provável que $\sim p$), anulada pelos factos. A subdeterminação assinalada, cuja resolução solicita a intervenção constante de dados contextuais⁷ – e julgo que o recurso a informação prosódica é decisivo na interacção oral –, pode ser comprovada pelas distintas paráfrases que (2) admite, em contexto zero:

(2 a) A Patrícia ganhou o prémio, como eu esperava

(2 b) A Patrícia acabou por ganhar o prémio, ao contrário do que eu esperava.

³ Veja-se, sobre esta questão, Lopes 1998.

⁴ Cf. Brito 1999: 343.

⁵ Exceptuam-se os casos em que se descreve uma situação eventiva que sabemos ser inerentemente episódica, logo, não iterável, como se atesta em (i):

(i) * O Rui sempre nasceu em Coimbra.

Note-se que em 39 ocorrências de *sempre* em posição pré-verbal e com leitura temporal, no *corpus* referido, 25 são frases subordinadas. Há, pois, um claro domínio da distribuição pré-verbal em estruturas de subordinação.

⁶ Discordo em absoluto de Matos 2004, quando afirma (p.476) que *sempre* em posição pós-verbal pode activar uma leitura modal, apontando como exemplo um fragmento manipulado a partir do Português Fundamental, que aqui se reproduz parcialmente: (i) "por outro lado foi sempre bom a gente sair do país, é sempre agradável trabalhar noutros sítios (...)".

⁷ Refiro-me, concretamente, ao contexto discursivo e ao conhecimento compartilhado pelos interlocutores.

Em (2 a), explicita-se a leitura confirmativa de uma expectativa positiva forte; em (2 b), explicita-se a leitura anuladora de uma expectativa negativa forte. Em ambos os casos, *sempre* sinaliza a existência de uma expectativa prévia do locutor, que pode ser representada através de uma proposição epistemicamente modalizada.

Nos casos em que *sempre* comuta livremente com *afinal* (veja-se ex.(2c), paráfrase possível de (2)), a interpretação entendida pelo locutor é, certamente, a que realça uma expectativa negativa face à ocorrência da situação descrita. E digo isto porque julgo que *afinal* não é compatível com a explicitação de uma expectativa positiva, como se atesta em (2 d):

(2 c) A Patrícia afinal ganhou o prémio.

(2d) *A Patrícia afinal ganhou o prémio, como eu esperava.

Constata-se, entretanto, a plena aceitabilidade da co-ocorrência dos dois itens no mesmo enunciado (veja-se 2 e)).

(2 e) Afinal, a Patrícia sempre ganhou o prémio.

A opção do falante pelo enunciado (2e) corresponde, em meu entender, a uma estratégia discursiva de reforço: de facto, a convergência instrucional de ambos os marcadores enfatiza/intensifica a instrução de que a informação factual expressa remove a prévia expectativa (negativa) do falante.

Afinal activa uma suposição cuja polaridade contrasta sempre com a polaridade do enunciado em que o marcador ocorre (*afinal p* implícita /activa a expectativa forte $\sim p$; *afinal $\sim p$* : implícita /activa a expectativa forte p). Assim, *afinal* marca claramente uma quebra de expectativas. *Sempre* afigura-se mais subdeterminado, já que a expectativa activada não contrasta necessariamente, em termos de polaridade, com o valor de polaridade da frase em que ocorre. Ou seja: em termos de significado processual codificado, *sempre* apenas veicula uma instrução de activação de uma assunção contextual epistemicamente modalizada (correspondente a uma expectativa forte do falante), que a proposição expressa confirma ou anula.

Com o valor que tenho vindo a circunscrever, *sempre* ocorre preferencialmente em frases de polaridade afirmativa, funcionando pragmaticamente como um item de enfatização de polaridade, ou seja, marcando a proposição como informativamente forte, na medida em que é interpretada relativamente a uma expectativa. No entanto, no *corpus* CETEMPúblico, acabei por encontrar algumas (poucas) ocorrências de *sempre* com valor modal em frases de polaridade negativa, como se atesta em (4)⁸:

⁸ A escassez de dados empíricos deste tipo parece-me assinalar que se trata de uma construção difícil de processar. Julgo que os falantes nativos optam preferencialmente, quando querem assinalar confirmação de uma expectativa negativa forte, por uma estratégia que envolve a incorporação lexical da negação, sempre que isso é possível. Assim, em vez de 'A Patrícia sempre não ganhou o prémio', a formulação mais aceitável seria 'A Patrícia sempre perdeu o prémio.'

(4) “Vivo só da tradução, e sempre não passo fome.”

Por outro lado, com o valor modal, *sempre* é frequentemente usado em frases interrogativas totais, como se ilustra em (2h):

(2h) A Patrícia sempre ganhou o prémio?

Uma frase interrogativa total, por definição, corresponde semanticamente a predicacões não validadas pelo falante, ou, noutras palavras, a proposições abertas/ /incompletas, porque desprovidas de um valor de verdade. Se uma frase interrogativa gramaticaliza o traço de dúvida, facilmente se compreende a sua plena compatibilidade com *sempre* activador de assunções portadoras de um valor modal epistémico de não certeza.

Importa agora analisar qual o efectivo contributo de *sempre* numa frase interrogativa, contrastando (2h) com (2i):

(2i) A Patrícia ganhou o prémio?

Na verdade, (2h) e (2i) não são enunciados semântico-pragmaticamente equivalentes. (2i) é uma pergunta, um pedido de informação neutro ou canónico (o falante não sabe se p ou $\sim p$); (2h) é uma pergunta que veicula um dado suplementar sobre o estado de informação do falante que a formula, ou seja, a ocorrência de *sempre* alarga o *background* conversacional que torna a pergunta apropriada, dado o valor instrucional que carrega.

Até aqui, trabalhámos com exemplos construídos, que, sendo legítimos, não nos revelam, no entanto, as fortes dependências contextuais da interpretação. Atente-se agora em dois exemplos recolhidos no corpus CETEM Público, onde o valor que tenho vindo a analisar emerge:

(5) Samora (...) passou a infância a ajudar os pais nos trabalhos agrícolas e na criação de gado, mas sempre conseguiu algum tempo para fazer a instrução primária com os missionários católicos que se tinham instalado na região.”

(6) “Após dias de polémica na imprensa e entre os representantes das forças políticas da capital espanhola, os desfiles e outras iniciativas relacionadas com o Carnaval sempre se realizarão”.

Em ambos os casos, é o contexto discursivo que licencia a activação de uma expectativa negativa, expectativa essa que entretanto é removida ou anulada pela informação contrária expressa na proposição em que *sempre* ocorre. Note-se que em (5) a leitura modal (que não exclui em absoluto a leitura temporal, embora a ela se sobreponha) é perfeitamente compatível com a semântica da conexão adversativa.

Os dados reais coadunam-se, pois, com a caracterização proposta. O significado de *sempre* só está parcialmente especificado na gramática, sendo decisivo o nível

pragmático de análise para a sua plena instanciação. A análise proposta ilustra paradigmaticamente a natureza dinâmica do processo interpretativo: o contexto de interpretação é construído e actualizado pelas instruções veiculadas por *sempre*, numa dependência estreita de informação disponibilizada pelo contexto discursivo.

Admitindo que o valor básico de *sempre* é o do adjunto adverbial de frequência, tendo em conta quer a sua base etimológica, quer o índice de ocorrência deste uso no PE contemporâneo (cf. estudo quantitativo de Matos 2004), é plausível perspectivar o seu valor não temporal como uma derivação/extensão desse valor básico. A explicação da derivação envolve a identificação da motivação, de natureza cognitiva ou pragmática, que lhe dá origem.

Uma pista a explorar parece-me ser a seguinte: como quantificador temporal, e nomeadamente em frases com verbos no Presente do Indicativo, *sempre* associa tipicamente à situação descrita na frase um padrão temporal de repetição que corresponde a um valor aspectual habitual. Ora há uma afinidade, uma zona de intersecção/contacto entre habitualidade e probabilidade: com efeito, é plausível associar à expressão da habitualidade uma inferência pragmática (uma implicatura) de forte probabilidade relativamente a futuras ocorrências da situação descrita, e talvez seja esta a chave da transição do plano temporal para o plano modal.

Resta-nos fazer um breve comentário sobre o exemplo (3), que ilustra claramente um valor de tipo expressivo/avaliativo, parafraseável por (3a) ou (3b):

(3 a) Saíste-me cá um aldrabão!

(3b) Saíste-me mesmo um aldrabão!

Em (3), *sempre* ocorre numa frase exclamativa, suporte linguístico canónico dos actos ilocutórios expressivos, e parece enfatizar o envolvimento do falante no seu discurso. O locutor exprime um grau elevado numa escala avaliativa, compatível com a activação de uma suposição/expectativa prévia confirmada pelos factos. Trata-se de um uso mais periférico, em que a função dominante do marcador é a de intensificação do acto ilocutório.

Este último uso parece-me derivar do uso modal analisado: atenua-se a instrução sobre a expectativa e adquire maior relevo a enfatização ilocutória.

Tanto (2) como (3) parecem corroborar a tendência semântico-pragmática defendida por Traugott & König (1991) na sua análise dos processos de mudança semântica, segundo a qual significados que envolvem a situação externa descrita tendem a subjectivizar-se, localizando-se no domínio das crenças ou das avaliações dos falantes, e/ou, acrescento eu, no domínio ilocutório.

Em esquema, poder-se-ia sintetizar desta forma o processo de derivação semântica de *sempre*⁹:

Frequência	→Probabilidade	→Reforço da força ilocutória
>>Probabilidade	>>reforço da força ilocutória	

⁹ No esquema que se segue, o símbolo >> denota a implicatura generalizada que supostamente estará na origem dos valores não temporais do item em análise.

3. Antes

Também o item *antes* exhibe uma variação de uso interessante.¹⁰ Tipicamente, *antes* funciona como adjunto adverbial, expressando uma relação de precedência temporal a partir de um ponto de referência. É um localizador temporal dependente, que opera quer na dependência directa do tempo da enunciação (em contraste simétrico com *agora*), quer na dependência directa de um complemento (vazio, com valor referencial anafórico, ou pleno) que circunscreve o ponto de referência a partir do qual processa a relação de anterioridade instrucionalmente expressa pelo adverbial. Como qualquer adjunto localizador temporal, *antes* contribui para as condições de verdade da proposição. No *corpus* analisado¹¹, o valor temporal de *antes* é largamente maioritário, pelo que o considero prototípico¹².

Vejam-se agora os exemplos (7) a (10):

- (7) Antes quebrar que torcer.
- (8) “Eu hoje dizia que antes queria três, três filhos do que um fi(...), dois filhos e uma rapariga” [O1700] CRPC
- (9) Ele antes quis jogar pelo seguro.
- (10) “Ele estava a falar no cão mas eu nessa altura não tinha cão – antes tivesse!” [O1713]

Numa construção do tipo *antes (querer) p que q*, o valor temporal de *antes* desaparece por inteiro. Trata-se de uma construção de natureza comparativa não canónica, em que *antes*, (parafraaseável por *mais vale* em (7)) funciona como marcador de grau, e determina prototipicamente a presença do conector *que/do que* (podemos, portanto dizer que marcador de grau e conector de comparação são correlativos). Ao produzir um enunciado deste tipo, o falante compara (implicitamente) duas situações e atribui a cada uma delas valores distintos e ordenados dentro de uma escala correspondente ao querer do falante. Esta ordenação topológica do querer do falante implícita /pressupõe uma avaliação do tipo ‘*p é melhor que q*’, ou seja, envolve um espaço ordenado numa escala de natureza axiológica. A situação descrita na proposição prefaciada por *antes* é subjectivamente avaliada pelo falante como melhor ou preferível, relativamente à outra situação representada no enunciado. (‘Quero *p* antes de *q*’ ou ‘Escolho *p* antes de escolher *q*’ -> ‘*p* é melhor que *q*’, na perspectiva do falante).

Se, nos casos paradigmáticos de modalização apreciativa, o sujeito emite um juízo apreciativo sobre um determinado estado de coisas, através de um operador modal com um argumento proposicional (*É bom que p*), nestas construções o falante comunica que atribui a uma das situações descritas um grau mais elevado numa escala qualitativa correspondente à propriedade ‘ser bom’.

¹⁰ Para um estudo mais aprofundado, veja-se Lopes & Morais (1999-2000).

¹¹ Refiro-me ao *corpus* que esteve na base do estudo referido na nota anterior.

¹² Também foram detectados valores de localização espacial, mas significativamente mais escassos.

Há claramente uma extensão/derivação do plano da ordenação no eixo do tempo para o plano de ordenação num eixo ou numa escala avaliativa: a precedência relativamente a um ponto de referência temporal (topologia no eixo do tempo) projecta-se metaforicamente no domínio do querer do falante, dando origem à expressão de uma preferência. As construções preferenciais constituem, assim, um subtipo das construções comparativas de desigualdade, em que o predicado graduável que correlaciona as duas situações se inscreve no domínio da volição ou dos desejos do falante, implicando uma valoração subjectiva distinta dessas mesmas situações.

Note-se que em (9), o segundo termo da construção comparativa está elidido: quando tal acontece, o segundo termo da comparação identifica-se, por defeito, com a negação do primeiro (*antes p que não p*).

Em (10), ao enunciar ‘antes tivesse!’ o locutor compara implicitamente uma situação factual ‘eu nessa altura não tinha um cão’ com uma situação alternativa irreal que avalia como preferível, na medida em que lhe atribui um valor mais alto na escala avaliativa. Em termos pragmáticos, ‘antes tivesse!’ corresponde à realização (indirecta) de um acto ilocutório expressivo: o falante lamenta/deplora um facto (o facto de nessa altura não ter um cão). ‘Antes tivesse!’ equivale, assim, a ‘infelizmente, não tinha’. Trata-se de uma construção corrente em PE (Antes + Imperfeito do Conjuntivo, com uma entoação exclamativa codificada na escrita por!), através da qual o locutor comunica que a situação que efectivamente se verifica no mundo real corresponde à negação de uma situação alternativa avaliada como preferível, e fã-lo representando esta última através do Conjuntivo, modo que tipicamente expressa a não factualidade. Em suma, *antes* em (10) continua a funcionar como marcador de grau numa construção comparativa (preferencial), construção essa que entretanto se ritualizou /especializou na realização de actos ilocutórios (expressivos) de avaliação negativa de uma situação factual contextualmente acessível.

Este funcionamento de *antes* comprova o que foi assinalado por Traugott e König 1991, a saber, o desenvolvimento histórico de adverbiais de preferência a partir de adverbiais de tempo é um fenómeno interlinguístico.

4. Breves considerações finais

Em ambos os casos analisados – *sempre* e *antes* –, o que interessa sublinhar é que a variação de uso atestada reforça uma concepção de significado lexical flexível, com uma estrutura interna de centro e periferia, e ilustra uma tendência clara de subjectivização da significação a partir de um valor nuclear prototípico. Por outro lado, verifica-se uma regularidade, um padrão, no que diz respeito à correlação entre usos e domínios semânticos: os valores temporais convocam o plano ideacional da significação, os valores não temporais envolvem o domínio interpessoal da significação.

Referências

- Bally, Charles (1994) *Linguistique générale, linguistique française*. Berne: A.Francke SA [1932]
- Campos, Henriqueta Costa (2004) A modalidade apreciativa: uma questão teórica. In Fátima Oliveira e Isabel Margarida Duarte (orgs.), *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 265-281.
- Hughes, G.E. & Cresswell, M.J. (1968) *An Introduction to Modal Logic*. London: Methuen and Comp.
- Lopes, Ana Cristina Macário (1998) Contribuição para o estudo dos valores discursivos de *sempre*. In *Actas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*,. Lisboa: Colibri, pp. 3-14.
- Lopes, Ana Cristina Macário & Felicidade Morais (1999-2000) *Antes e depois: elementos para uma análise semântica e pragmática*. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII, pp. 183-243.
- Matos, Sérgio.(2004) Interpretações temporais e não temporais de *sempre*: para uma descrição integrada. In Fátima Oliveira e Isabel Margarida Duarte (orgs.) *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 467-486.
- Palmer, F. R. (1986), *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Perkins, M.R. (1983) *Modal Expressions in English*,. London: Frances Pinter.
- Traugott, E. & König, E. (1991) Grammaticalization Revisited. In E. Traugott e B. Heine (eds) *Approaches to Grammaticalization*, vol. 1. Amsterdam: Benjamins, pp. 189-218.